

BERNARDO DEL CARPIO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL NA *ESTORIA DE ESPAÑA* DE ALFONSO X

OLGA PISNITCHENKO

(UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, BRASIL)

pisnitchenko@gmail.com

Resumen

La figura de Bernardo del Carpio ocupa un lugar importante tanto en la épica como en la crónica pirenaica. Las discusiones sobre la existencia o no de un sobrino bastardo del rey Alfonso II, así como la validez de las acciones militares atribuidas a él en las crónicas y en el romancero español del siglo XI surgieron desde el siglo XVIII. Sin embargo, no podemos negar que la figura de un guerrero astuto, cuya actividad militar le acarreó fama, riqueza y posesión de un señorío independiente, ocupó durante varios siglos la imaginación hispana como protagonista de obras poéticas, novelas y dramas. En este artículo analizaremos la imagen de Bernardo del Carpio elaborada por la *Estoria de España*, teniendo en cuenta un aspecto de la política de Alfonso X tendiente a promover el concepto de *regno* no solo como una unión entre el rey y el pueblo, sino también en su identidad geográfica a partir de la cual se construye el vínculo de *naturaleza*, identificado como uno de los principales constructores sociales en la legislación alfonsina. De esta manera, buscaremos identificar los valores aplicados y acentuados del siglo XIII en el contexto de los reinados de Alfonso II y Alfonso III, poco menos de un siglo después de la invasión musulmana de la Península ibérica.

PALABRAS CLAVE: épica hispánica - *Estoria de España* - Bernardo del Carpio - Alfonso X

Resumo

A figura de Bernardo del Carpio ocupa um importante lugar tanto na épica como na crónica pirenaica. As discussões em torno da existência ou não de um sobrinho bastardo do rei Alfonso II, assim como a validade das ações militares atribuídas a ele nas crônicas e no romanceiro espanhol a partir do século XI surgiram ainda no século XVIII. No entanto, não podemos negar que a figura de um guerreiro astúrio, cuja atividade militar trouxe-lhe a fama, a riqueza e a posse de um senhorio independente, ocupou durante vários séculos o imaginário hispânico como protagonista de

obras poéticas, novelas e dramas. Neste trabalho, gostaríamos de analisar a imagem de Bernardo del Carpio elaborada pela *Estoria de España*, levando em conta um dos aspectos da política de Alfonso X que consiste na promoção do conceito de *regno* não só como união entre o rei e o povo, mas também na sua identidade geográfica a partir da qual se constrói o vínculo de *naturalaleza*, identificado como um dos principais edificadores sociais na legislação alfonsina. Deste modo, buscaremos identificar os valores de século XIII aplicados e acentuados no contexto dos reinados de Alfonso II e Alfonso III, pouco menos de um século depois da invasão muçulmana à Península Ibérica.

PALAVRAS-CHAVE: épica hispânica - *Estoria de España* - Bernardo del Carpio - Alfonso X

Summary

The image of Bernardo del Carpio occupies an important place in both the epic and the chronicle of the Pyrenees. The discussions about the existence or not of a bastard nephew of King Alfonso II, as well as the validity of the military actions attributed to him in the chronicles and the in the Spanish Ballads from the eleventh century appeared still in the eighteenth century. However, we cannot deny that the figure of an asturian warrior, whose military activity brought him fame, wealth and the possession of an independent landlord, occupied for several centuries the Hispanic imaginary as protagonist of poetic works, novels and dramas. In this work, we would like to analyze the image of Bernardo del Carpio elaborated by *Estoria de España*, taking into account one of the aspects of Alfonso X's policy, which is to promote the concept of *regno* not only as a union between the king and the people, but also in its geographical identity from which the ties of *naturalaleza* is built, identified as one of the main social constructors in Alfonsine legislation. In this way, we will try to identify the 13th century values applied and accentuated in the context of the reigns of Alfonso II and Alfonso III, less than a century after the Muslim invasion of the Iberian Peninsula.

KEYWORDS: Hispanic Epic - *Estoria de España* - Bernardo del Carpio - Alfonso X

Em 1236, Dom Lucas, bispo da cidade de Tuy, elaborava, a pedido da rainha Berenguela, o *Chronicon Mundi*, uma obra histórica que abarca desde tempos bíblicos até a conquista de Córdoba por Fernando III. No livro IV, relatando o reinado de Alfonso II o Casto, o cronista introduz a história de vida de Bernardo del Carpio, sobrinho do rei e fruto de um amor proibido da sua irmã e seu mordomo, conde de Saldanha: “*Anno regni sui tertio... Erat Regi Adefonso soror nomine Xemenia quam Sanctius Comes iam adamavit et ex ea filium genuit nomine Bernaldum*”¹. Assim surge o primeiro relato oficial

¹ LUCAS de TUY, *Chronicon mundi* (ed. Emma Falque), Turnhout, Brepols, 2003 p. 234 (Corpus christianorum. Continuatio mediaevalis, LXXIV).

conservado até os nossos dias sobre um dos primeiros heróis da Reconquista, cuja existência histórica, apesar de ser questionada desde o século XVIII, não lhe impediu de ser o protagonista tanto de obras populares como literárias durante mais de sete séculos, deixando um marco importante no imaginário espanhol. Quando no final do século XIII Alfonso X, no grande empreendimento de colocar o saber histórico a serviço de seu projeto político, manda elaborar *Estoria de España*, *Chronicon Mundi* de Lucas de Tuy, assim como *Historia de rebus Hispaniae* de Rodrigo Jimenez de Rada, se tornam as suas principais fontes, principalmente no que concerne a atuação política e militar de Bernardo del Carpio.

As crônicas anteriores àquela escrita pelo bispo de Tuy, que se dedicam aos acontecimentos do século IX, se limitam a tratar dos mais significantes momentos militares e religiosos dos reis, transcrevendo os textos das crônicas precedentes. O primeiro relato do reinado de Alfonso II que chegou até os nossos dias pertence à *Crónica de Alfonso III*. Esta crônica, cuja autoria é atribuída ao próprio Alfonso III, se posiciona como continuação da *Historia de regibus gothorum* de Isidoro de Sevilha, começando a narração a partir do governo do rei Wamba e apresentando os primeiros reis astúrios como descendentes diretos dos godos². Junto com *Cronica Albeldense*, também escrita no século X e tendo seu relato interrompido no início do reinado de Alfonso III, temos as duas fontes que se aproximam mais do período que nos interessa e que, no entanto, não possuem nenhuma menção que confirmaria a validade da lenda sobre Bernardo del Carpio.

Ao tratar do reinado de Alfonso II, as crônicas relatam que este era filho do rei Fruela, afastado do trono pelos membros mais influentes da família reinante durante a infância e nomeado como sucessor do rei Bermudo, quando este resolveu abandonar o trono após a derrota na batalha de Burbia³. O

² Zacarías GARCÍA VILLADA (ed.), *Crónica de Alfonso III* (sebastianense), Madrid, Junta para la ampliación de estudios e investigaciones científicas-Centro de estudios históricos, 1918, 8, pp. 61-62: *Arabes tamen simul cum regno oppresso pluribus annis per presides Babilonico regi tributa persoluerunt, quousque sibi regem elegerunt et Cordobam urbem patriciam regnum sibi firmauerunt. Goti uero partim gladio, partim fame perierunt. Sed qui ex semine regio remanserunt, quidam ex illis Franciam petierunt, maxima uero pars in patria Asturien-sium intrauerunt sibi que Pelagium filium quondam Faffilani ducis ex semine regio principem elegerunt* (“Por longos anos, a pátria dos árabes gemia em opressão e estes tiveram que pagar os tributos ao rei da Babilônia através dos seus caudilhos, até que não elegeram seu próprio rei não instalaram o seu trono em nobre cidade de Córdoba. Os godos foram sucumbidos ora pela espada ora pela fome. Porém, alguns da estripe régia sobreviveram; uns dirigindo-se para Francia e outros, a maioria foi para país de Astúria e elegeram como seu príncipe dom Pelaio filho do duque Favila que pertencia à família régia”). Caso não indicar o contrário todas as traduções das fontes neste artigo pertencem à autora.

³ Gonzalo MARTÍNEZ DÍEZ, *El Condado de Castilla (711-1038): la historia frente a la leyenda*, Valladolid-Madrid, Junta de Castilla y León-Marcial Pons, 2005, p. 112. Este conflito estava refletido em *Anales Compostellani: Era DCCCXXX. Venit Albutaman in Alabam mense tertio, qui occisus fuit Era DCCCXLIIII*. In *Pisuerga, quando venit Bardulias* (“Albutaman veio

governo de Alfonso II foi marcado pela intensa atividade militar. Em 794, ele ganha a batalha de Lutos⁴ vencendo os mouros que voltavam para Córdoba após ter saqueado Oviedo, mas perde a de Babias⁵. Em 825, saiu vitorioso nas Batalhas de Naron e Anceo⁶. Além das atividades militares, a crônica aponta que Alfonso II transferiu a corte régia para Oviedo, onde construiu várias igrejas “e o palácio real, os banhos e armazéns para todos os tipos de pertences”⁷.

O mesmo tratamento a crônica dá aos reinados posteriores de Ramiro I e Ordonho I. O reinado de Ramiro (842-850), além das conquistas militares, é marcado por várias tentativas de rebeliões palacianas, as quais, de acordo com José María Mínguez, devem ser interpretadas como resultado do fortalecimento de grupos familiares aristocráticos distintos da família reinante, fruto do crescimento econômico em geral e surgimento de novas formas de organização social⁸. Este crescimento econômico, por sua vez, está por trás

para Alaba no terceiro mes e foi morto em 844 (806 DC) em Pisuerga, quando chegou a Bardulias”, *España sagrada*, Madrid, 1767, t. XXXIII, p. 318).

⁴ *Crônica de Alfonso III* (sebastianense), p. 74: *Huius regni ani tertio Arabum exercitus ingressus est Asturias cum quodam ducen omine Mokehith. Qui in loco qui uocatur Lutos a rege Adefonso preoccupati simul cum supra dicto duce septuaginta fere milia ferro atque ceno sunt interfecti* (“No terceiro ano do seu reinado o exército árabe invadiu a Astúria chefiado por um caudilho chamado Mokehith. Estes, num lugar chamado Lutos foram mortos por rei Alfonso com a espada e na lama, tanto os setenta mil homens como o seu duque mencionado a cima”).

⁵ MARTÍNEZ DÍEZ, *op. cit.*, p. 113. Neste mesmo período, de acordo com José María Mínguez, Alfonso ocupa Lisboa (José María MÍNGUEZ FERNÁNDEZ, *La España de los siglos VI al XIII: guerra, expansión y transformaciones*, Madrid, Nerea, 2004, p. 99).

⁶ *Crônica de Alfonso III* (sebastianense), 21, p. 76: *Huius regni anno XXX geminum Caldeorum exercitum Galleciam petiit, quorum unus ducum eorum uocabatur Alahabbaz et alius Melih, utrique Alkorescis. Igitur audacter ingressi sunt, audacius et deleti sunt. Uno namque tempore unus in loco qui uocatur Naron, alter in fluuiio Anceo perierunt* (“No trigésimo ano do seu reinado, dois exércitos de caldeus, cujos caudilhos se clamavam Alhabbeze Meliz, que pertenciam aos Alcorexis, se dirigiram a Galícia. Com grande audácia, invadiram o território, mas foram destruídos por uma audácia maior ainda. Ao mesmo tempo, um pereceu num lugar chamado Naron e outro no rio Anceu).

⁷ *Ibid.* (rotense), 21, p. 121: *Baselicam quoque in honore Domini et Saluatoris nostri Ihesu Xpi cum bis seno numero apostolorum altares adiungens, sibe ecclesiam hob honorem sancte Marie semper uirginis cum singulis hincat que indetitulis miro opere atque forti instructione fabricauit; etiam aliam ecclesiam beatissimi Tirsi martiris propedomum sancti Saluatoris fundauit, necnon satis procul a palatium edificauit ecclesiam in honorem sancti Iuliani et Baselisse cum uini saltaribus magno opere et mirauili conpositione locauit; nam et regia palatia, balnea promptuaria atque uniuersa stipendia formauit et instruere precepit* (“Construiu uma basílica em homenagem ao nosso senhor e salvador Jesus Cristo com doze altares de acordo com o número de apóstolos. Construiu também para si a igreja em honra de Santa Maria, sempre virgem com altares instruídos com grande artifício. Fundou outra igreja belíssima para beato mártir Tirso ao lado da Igreja do Nosso Santo Salvador. Ao lado do palácio edificou uma igreja em homenagem ao Santo Juliano e Santa Baselissa com altares ricamente adornados. Ele também ordenou construir o palácio real, os banhos e armazéns para todos os tipos de pertences”).

⁸ MÍNGUEZ FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 97.

do avanço militar e colonização dos novos territórios empreendidos pelo reino astur desde o final de século VIII até meados do IX.

Assim, apesar do reinado de Ramiro destacar-se pelas tentativas de usurpações palacianas⁹ pelos aristocratas próximos ao rei, cujos nomes ambas as crônicas não deixam de relatar, os avanços e conquistas dos novos territórios continuaram: “*Cum Sarrazenis uis prelium gessit, sed obitulante Deo uictor semper extitit*”¹⁰. Sabemos que pelo menos duas tentativas de rebelião foram promovidas pelos condes palacianos¹¹, ou seja, por aqueles que pertenciam ao círculo da confiança do rei.

No reinado de Ordonho I (850-866), as fontes dão maior importância ao seu confronto com a família Banu-Qasi, descendente do conde visigodo Cassio, o qual, com a chegada dos árabes, optou por se converter ao islã e jurar fidelidade ao califado Omíada. Uma das grandes vitórias de Ordonho foi a tomada de Albelda em 860¹² e a destruição do castelo erguido por Banu Qasi como ponto de partida para os ataques às terras dos cristãos. O sucesso da campanha militar de 860 é atribuído pelos estudiosos deste período¹³ à aliança entre o reino astur e Pamplona. Desde o final do século VIII, o reino Pamplona mantinha fortes laços políticos e inclusive de parentesco com Banu Qasi. Estes laços começaram a deteriorar-se a partir da morte do rei de Pamplona Iñigo Arista em 851, rompendo-se definitivamente quando as tropas muçulmanas dirigidas por Musa ibn Musa Banu Qasi invadem Pamplona em 859.

O cronista da crônica Albeldense (que provavelmente testemunhou o reinado de Ordonho, pois escreveu a obra apenas 18 anos depois da sua morte), assim como o autor da *Crônica de Alfonso III*, cuja narração termina com o reinado de Ordonho, apontam que além das vitórias militares, o monarca foi responsável pela restauração e repovoação de Leão, Astorga, Tuy, Amaya *et alia castra*¹⁴. A *Crônica de Alfonso III* acrescenta que a população destas ci-

⁹ *Crônica de Alfonso III* (rotense), 24, p. 126: *Ranimirus princeps iam sepe nominatus uellis ciuilibus sepiissime est impulsatus* (“O príncipe Ramiro, como ele se nomeava, estava envolvido em discórdias civis”).

¹⁰ *Ibid.*: “Sempre fortemente lutava com os Saracenos mas graças ao Deus obitulante sempre saiu vitorioso”.

¹¹ Nepociano e Aldoroito.

¹² O ano da batalha continua sendo discutido; no entanto, os anos da batalha apontados pelos historiadores não ultrapassam a década de 50 do século IX.

¹³ Alberto CAÑADA JUSTE, “Los Banu Qasi (714-924)”, *Príncipe de Viana*, 158-159 (1980), 5-96 (p. 34); MARTÍNEZ DíEZ, *op. cit.*, p. 140; MÍNGUEZ FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 105.

¹⁴ *Crônica albeldense*, 11: *Ordonius filius eius rg. an. XVII. Iste Xpianorum regnum cum Dei iubamine ampliavit. Legionem atque Asturicam simul cum Tude et Amagia populavit multaque et alia castra muniuit. Super Saracenos uictor sepius extitit. Talamancam ciuitatem prelio cepit regemque eius Mozeror ibi captum uoluntarie cum sua uxore Balkaiz in Petra Sacra liberos abire permisit. Albaildam urbem fortissimam similiter preliando intrauit, regemque eius nimium potentissimum nomine Muz in monte Laturzo in insidiis inuentum et exercitum illius gladio*

dades recém-povoadas foi composta parte pelos naturais do rei Ordonho (*suis*) e parte por *ex Spania aduenientibus*¹⁵, o que aponta não só para a existência de movimentos migracionais, mas também pode ser interpretado como um dos indicadores de crescimento econômico e político do reino astur. Assim, Astúria começou atrair para o seu território a população cristã, que até então preferia o domínio árabe à instabilidade econômica e falta da segurança militar das regiões cristãs.

Sobre o reinado de Alfonso III (866-910), as fontes nos deixam informações mais detalhadas. A *Crónica Albeldense*, elaborada no décimo oitavo ano do reinado do monarca, nos dá diversas informações sobre os primeiros 18 anos de governo de Alfonso. Outro relato sobre o reinado de Alfonso III, que narra sobre os últimos anos de monarca, pertence a uma crônica bem mais tardia, escrita pelo bispo de Astorga, Sampiro (956-1041), cujo texto abarca os acontecimentos dos anos 866-999. Através de um autor anônimo de Albelda, tomamos conhecimento da tentativa de golpe no primeiro ano do reinado de Alfonso e da revolta na região dos bascos no ano seguinte¹⁶. Ao mesmo tempo, a crônica revela os detalhes dos confrontos constantes e bem-sucedidos com o emirado cordobês nos anos 70 e 80 do reinado de Alfonso III e as conquistas

defectum, ipsum Muz iaculo uulneratum ab amico codam a nostris uerum cognoscitur fuisse salbatum et in tutiora loca amici equo esse sublatum. Eius tempore Lordomani iterum uenientes in Gallicie maritimis a Petro comitē interfecti sunt. Mauri in nauibus uenientes in freto Gallicano deuicti sunt. Cui principi tanta fuit animi benignitas et misericordie utilitas et tantum omnibus extitit pins, ut pater gentium uocari sit dignus. Fine pacifico Ouetao decessit sub die VI Kalendas Iunias era DCCCCIII (“Ordonho, seu filho governou por 17 anos. Ele com ajuda de Deus ampliou o reino da Espanha. Ele povoou Leão, Astorga, Tuy e Amagia e fortaleceu muitos outros castelos menores. Teve muitas vitórias sobre Saracenos. Tomou a cidade de Talamanca e de boa vontade deixou o seu rei, capturado por ele, Mozeror com sua esposa partir para Penha Santa. Da mesma maneira: através da batalha, tomou a cidade de Albelda, muito bem fortificada, o seu bastante poderoso rei Muz que estava posicionado na montanha Laturcio teve seu exército destruído pela espada e o próprio Muz ferido por dardo do rei. Ele foi salvo por um amigo e levado a cavalo a uma localidade segura. Nos seus tempos os lordomannos (normandos) de novo vindos à Galícia pelo mar foram destruídos por conde Pedro. Os mouros vindos em navios foram vencidos no mar de Galícia. Este príncipe teve alma tão benigna e de tanta misericórdia e tanto bem fez para todos que digno a ser chamado de pai do povo. Descansou em paz em Oviedo no quarto dia de calendas de Junio de 904”), disponível em <http://humanidades.cchs.csic.es/ih/paginas/fmh/albeldensia.htm> (Albeldense).

¹⁵ *Crónica de Alfonso III* (rotense), 25, p. 127.

¹⁶ *Crónica albeldense, 12: Istum in primo flore adulescentie primoque regni anno et sue natiuitatis XVIII ab apostata Froilane Gallicie comite per tyrannidem regno pribatur, ipseque rex Castellam se contulit. Et non post multo tempore ipso Froilane tyranno et infausto rege a fidelibus nostri principis Ouetao interfecto, idem gloriosus puer ex Castella reuertitur et in patris solio regnans feliciter conletatur, qui hab initio regni super inimicos faborem uictoriarum habet semper* (“Ele [Alfonso III] não florescer da juventude, no primeiro ano do seu reinado e com 18 anos de idade foi destronado pela tirania do apostata Fruela, conde de Galícia, o rei se escondeu em Castela. Depois de pouco tempo este Fruela tirano e nefasto rei foi morto por os fiéis do nosso príncipe em Oviedo. Assim o jovem glorioso voltou de Castela e feliz reina em solo pátrio, já que desde o início do seu reinado sempre obteve as vitórias sobre os seus inimigos”).

e povoações na região da Galícia¹⁷. Os anos 80 também foram marcados pela revolta fracassada dos irmãos do rei que obtiveram o apoio dos aristocratas locais, mas foram logo capturados e cegados pelo monarca. No fim do reinado, já através do bispo Sampiro temos notícia de mais uma revolta do príncipe Garcia, primogênito do rei, apoiado pela sua mãe, rainha Jimena, e pelo conde de Castela Munio Nuñez, com cuja filha estava casado. Apesar de capturar Garcia e recluir-lo no Castelo de Gozón, Alfonso III não conseguiu controlar a rebelião levantada por Munio Nuñez e, apoiado por seus outros filhos Ordoño e Fruela, dividiu o reino entre seus três filhos. De acordo com Sampiro, o rei se estabeleceu em Boides com seu reino dividido, vindo a morrer no ano seguinte, em 910.

Estes primeiros relatos bastante secos dos reis astúrios das crônicas mais remotas foram ampliados e reescritos com mais detalhes tanto pelo bispo Lucas de Tuy como por Rodrigo Jimenez de Rada. Os estudos recentes apontam que estes cronistas apresentam correntes historiográficas antagonistas¹⁸, Dom Lucas, apresentando uma vertente leonesa da história do reino, elabora a sua narração, seleciona e, por vezes, inventa¹⁹ as fontes para defender a sua linha que comprova a prevalência política de Leão, nas palavras de Peter Linehan, muitas vezes se revela como semeador da discórdia²⁰ pela sua acentuação dos momentos tensos entre o rei e a nobreza. Enquanto isso, Dom Rodrigo, apostando na lealdade institucional defende a primazia Toledana sobre a Eclésia da Sevilha e Valência²¹. No entanto, no caso da história bernardina a narração dos dois parece bem unanime, apesar da de Tudense oferecer mais detalhes, principalmente no que diz respeito a conflito entre o rei e a nobreza durante a invasão das tropas de Carlos Magno a Península ibérica.

Já na *Estoria de España* de Alfonso X, as poucas páginas dos primeiros cronistas acabaram por estender-se por mais de cinquenta capítulos. Apesar de a *Chronicon Mundi* de Dom Lucas e a *Historia de los hechos de los godos* de Dom Rodrigo serem vistas como as fontes principais para a elaboração da

¹⁷ *Ibid.*: *Eius tempore ecclesiacrescit et regnum ampliatur. Hurbes quoque I Bracarensis, II Portucalensis, III Aucensis, IIII Eminiensis, V Uesensis VI atque Lamecensis a Xpianis populantur* (“No seu tempo a Igreja crescia e o reino se ampliava. As cidades, Braga, Porto, Orense, Viseu, Lamego foram povoados pelos povos hispânicos”).

¹⁸ Peter LINEHAN, “On further thought: Lucas de Tuy, Rodrigo de Toledo and the Alfonsine Histories”, *Anuario de Estudios Medievales*, 27/1 (1997), 415-436; Emma FALQUE, “Lucas de Tuy y Rodrigo Jiménez de Rada: el uso de las fuentes”, *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, 26 (2003), 151-161.

¹⁹ FALQUE, *op. cit.*, p. 158.

²⁰ LINEHAN, *op. cit.* p. 423: As in his treatment of the themes of aristocracy-monarchy and Leon-Castile, so in his account of the ecclesiastical dimension of peninsular history Lucas is anything but an eirenic apostle of reconciliation. Quite the contrary. He is a sower of discord.

²¹ *Ibid.*, p. 429.

obra histórica alfonsina²², o cronista da *Estoria de España* intercala a narração principal derivada destas obras com as informações colhidas em outras crônicas (no caso do século IX, as crônicas árabes e bizantinas). Assim, nos capítulos L e LII o cronista interrompe o seu relato sobre o reinado de Alfonso II para entrar nos detalhes dos acontecimentos em Córdoba e do governo de Hixam, informações estas obtidas provavelmente na crônica de Ahmad Ibn Muhammad Al-Razi²³, bastante conhecida tanto entre os árabes como entre os cristãos, ou na comilação árabe mais tardia de Ibn Idari, contemporâneo de Alfonso X²⁴. Ao lado das crônicas árabes, a *Estoria de España* aproveita os textos bizantinos²⁵ criando paralelos não só entre os acontecimentos na Península ibérica, mas também inserindo acontecimentos hispanos na história mundial ao lado dos imperadores bizantinos. Deste modo, o leitor ou ouvinte da crônica concebe o reinado de Alfonso II ao lado da imperatriz bizantina Irene e ao lado do imperador franco Carlos Magno. A história pirenaica se apresenta no meio da história do Império romano do Oriente e do Ocidente. Se os acontecimentos bizantinos aparecem como instrumento de integração do leitor à história mundial, a matéria carolíngia entra e se entrelaça com a história hispana.

De acordo com Francisco Bautista, Carlos Magno começa a ser incluído na historiografia castelhano-leonesa a partir da *Historia Silense* escrita em Leão por volta de 1118, cujo autor demonstra o conhecimento tanto de *Vita Caroli* como *Annales de regni Francorum* de Eginhardo²⁶. Estas obras começam a ser conhecidas na Península ibérica na segunda metade do século XI quando a cruzada de Barbastro, aliança religiosa com Cluny e dinástica com duques de Borgonha, haviam propiciado a entrada das obras e difusão das lendas do outro lado dos Pireneus. As crônicas do século XIII de Tudense e Toledano já elaboram a sua narração inserindo a companhia hispânica de Carlos Magno

²² Diego CATALÁN, *La “Estoria de España” de Alfonso X. Creación y evolución*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal-Universidad Autónoma de Madrid, 1992, p. 46; Marta LACOMBA, “Recuperación de la figura cidiana en la versión c. 1283 de la *Estoria de España* alfonsí: el tema de la honra”, *Alfinge*, 12 (2000), 97-119.

²³ Pascual de GAYANGOS, *Memoria sobre la autenticidad de la Crónica denominada del Moro Rasis*, Madrid, Real Academia de la historia, 1850 (apêndice).

²⁴ Fica difícil de afirmar se os elaboradores da *Estoria de España* tiveram acesso a uma obra recém-escrita de autor marroquino ou aproveitaram as mesmas fontes árabes que ele perdidas nos dias de hoje, no entanto, no seu trabalho *Fuentes árabes y bizantinas en la Primera Crónica General: intercambios cristiano-islámicos en la historiografía hispano-medieval*, Berna, Francke Verlag, 1951 (disponível em www.encurtador.com.br/mvLVX), César DUBLER aponta para os trechos do texto alfonsino que coincidem com os relatos de Ibn Idari (p. 142).

²⁵ Inés FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, “El taller historiográfico alfonsí. La *Estoria de España* y la *General estoria* en el marco de las obras promovidas por Alfonso el Sabio”, in Jesús MONTOYA y Ana RODRÍGUEZ (coords.), *El Scriptorium alfonsí: de los Libros de Astrología a las “Cantigas de Santa María”*, Madrid, Fundación Universidad Complutense, pp. 105-126 (p. 111).

²⁶ Francisco BAUTISTA, “Memoria de Carlomagno: sobre la difusión temprana de la materia carolingia en España (siglos XI-XII)”, *Revista de poética medieval*, 25 (2011), 47-109 (p. 70).

na história da Península ibérica, arquitetando em torno desta a lenda sobre Bernardo del Carpio. Na *Estoria de España*, Carlos Magno é mencionado no décimo quarto ano do reinado de Alfonso II, que seria o ano 797: “*El rrey Carlos otrosy... vino com gran hueste et cerco esta çibdat de Barcelona. Et despues dexo el y su hueste et tornose para França*”²⁷.

Todavia, o capítulo LIV da crônica que segue depois da primeira menção do imperador franco é o que mais merece a nossa atenção. Em poucas páginas, este capítulo introduz Bernardo del Carpio como personagem de peso da história do reino astura, narrando ao mesmo tempo os acontecimentos ibéricos com os do Império romano de Oriente e de Ocidente:

*Andados quinze años del rreynado del rrey don Alfonso el Casto, que fue en la era de ochoçientos et treynta et dos años, quando andaua el año de la Encarnacion en syeteçientos et nouenta et quatro, et el del inperyo de Costantin en syete, el rrey don Alfonso auia vna hermana que dizian doña Ximena*²⁸.

Começando assim o capítulo LIV o cronista introduz o Bernardo na história universal, iniciando o relato com narração do seu nascimento. No décimo quinto ano do reinado de Alfonso II, o cronista apresenta ao leitor o sobrinho do monarca que até este momento não é mencionado no texto. Ele entra em cena sendo já homem formado, mas o cronista recua no passado para desvendar a história de seu nascimento que até então não havia sido revelada. Bernardo é fruto de um amor proibido que, no entanto, não deixa de ser legitimado pelo casamento, mesmo *a furto*²⁹. Apesar do registro de seu nascimento ser tardio, ele possui inúmeros detalhes legitimadores que deveriam afastar as dúvidas sobre a veracidade do narrado. A crônica nos apresenta o nome do pai, conde Sandyaz de Saldaña, e o nome da mãe, Dona Jimena, irmã do rei Alfonso. Os nomes dos dois condes que ao mando do rei enfurecido foram atrás de Sandyaz de Saldaña que desposou a irmã do rei sem sua permissão são conde Oriosgodos e conde Tablat. A cidade de Leão, onde Alfonso II reúne as cortes, prende o pai do Bernardo e anuncia seu castigo [passar a vida preso no castelo de Luna]: eram os locais geográficos existentes e facilmente identificados no momento da composição da crônica.

A pedido do marido malfadado de Dona Jimena, que admite o seu erro e aceita seu destino, Alfonso manda buscar seu sobrinho Bernardo e cria-o como se fosse seu próprio filho

²⁷ Inés FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, *La versión crítica de la Estoria de España en la historiografía alfonsí. Estudios y edición (de Pelayo a Ordoño II)*, tesis doctoral, Universidad autónoma de Madrid, 1989 (doravante citado EE), cap. LIII, p. 142.

²⁸ EE, cap. LIV, p. 144.

²⁹ EE, cap. LIV, p. 144: ...casóse aquella su hermana a furto del con el conde Sandyaz de Saldaña...

Et depoes desto enbyo por Bernaldo a Esturias, donde lo criauan, et crióle el muy bien et viciosamente, et amaualo tanto camno sy fuese su fijo, por que el non auie fijo ninguno. Bernaldo, pues que fue ya grande mançebo, salió mucho esforzado de gran coraçon et de buen seso. E era muy fermoso de cuerpo et de cara, et de muy buen ingenio, et daua muy buenos consejos en que quier que menester era. Et era de muy buen donayre et de buena palabra, et pagauanse del todos los omnes que le veyan con todas las buenas maneras que auia. Era muy buen caualgador et alañador de tablado et tenie byen armas³⁰.

Este é o Bernardo que o cronista alfonsino nos apresenta no décimo quinto ano do reinado de Alfonso II, um cavaleiro dotado tanto de beleza como de inteligência e de dons militares. Após a apresentação, o narrador contesta a versão popular da procedência de Bernardo que atribui a ele parentesco com Carlos Magno³¹ e não desenvolve mais o assunto referente ao sobrinho do rei. Continuando o capítulo, a crônica passa para Bizâncio e, aproveitando as fontes bizantinas, reproduz a narração sobre a luta sangrenta pelo trono em Constantinopla entre a imperatriz Irene e seu filho Constantino, que terminou com a vitória da Irene –que cegou o próprio filho, vedando deste modo a possibilidade deste voltar a reivindicar o trono. Em seguida, o cronista volta a falar da tomada de Barcelona por Carlos Magno e da retomada da cidade pelos mouros, recuperando o assunto franco com a coroação de Carlos como imperador. Este acontecimento é interpretado como consequência não só das qualidades régias e guerreiras de Carlos, mas como da incompetência e inadequação de Irene para estar no governo do Império romano. A coroação de Carlos em Roma deste modo é apresentada como transferência do poder de um monarca recriminado para outro que merece governar:

en el diez et ochauo año (do reinado de Alfonso II) enbyo el papa Leo por Carlos rrey de França et alçolo enperador de Alemana con consejo et consintimiento de los rromanos, ca se tinien los rromanos por desonrrados de los aseñorear muger que tan mal fecho fiziera en cegar a su fijo el enperador Costantin. Por ende loauan ellos mucho los fechos del enperador Carlos, e dizien que merescie bien ser enperador³².

³⁰ EE, cap. LIV, p. 145.

³¹ EE, cap. LIV, p. 145: *Algunos dicen en sus cantares de gesta que fue este Bemaldo fijo de doña Trabor hermana de Carlos el Grande rrey de Francia., e que vino aquella doña Trabor en rromeria a Santiago, et que, de su tornada, que la conbydo el conde San Dyaz de Saldaña, et que la leuo consigo para su lugar ouoalli con ella su fabla et ella entregóse en quanto el quiso, et que ouo entonces este fijo della. Et el rrey don Alfonso que le rresibio por fijo, que non auie fijo ninguno que fincase por señor del rreyno depues de su muerte, esto non podrie ser. Et por esto, non son de creer todas las cosas que los omnes dicen en sus cantares.*

³² EE, cap. LIV, p. 146.

Após a discussão em torno do império de Carlos e suas qualidades como monarca, o cronista abandona a matéria franca para de novo entrar em assuntos peninsulares, ocupando-se do califado de Córdoba, e encerra o capítulo com o conflito militar entre o governante de Córdoba, Hixam I, e seus irmãos que recusaram aceitar o seu governo.

Assim, o capítulo LIV introduz Bernardo del Carpio não somente na *Es-toria de España*, mas na história universal num momento em que, de acordo com o cronista, a coroa imperial passa de Constantinopla para Roma. Deste modo, fica anunciada a importância de Bernardo, que aparece não só como sobrinho do Alfonso, mas ao lado da imperatriz Irene, Carlos Magno e Hixam. Sua atuação começa de fato no capítulo seguinte, que volta a tratar dos assuntos do reino hispânico quinze anos para frente.

Antes de falar do capítulo LV, que discursa sobre a versão hispânica da entrada de Carlos Magno na Península Ibérica e da batalha de Roncevaux, precisamos entender os motivos do cronista que elaborou este quadro histórico, no qual os acontecimentos do reino astur entrelaçam-se com a história universal na figura de uma personagem cuja existência histórica hoje em dia gera grandes dúvidas.

Já havíamos comentado a respeito da entrada da matéria carolíngia com as alianças diplomáticas e religiosas estabelecidas por Alfonso VI com Bor-gonha. Portanto, a partir do século XII, os textos hispânicos começam a falar sobre os contatos entre Alfonso II e Carlos Magno que, até então, somente podem ser reconstruídos a partir da documentação franca. De acordo com Francisco Bautista, podemos afirmar que durante os séculos IX e X as referências que dizem respeito à matéria franca e a Carlos Magno em particular se reduzem a *Genealogías de Roda* ou *Genealogiae Rotenses*, elaboradas em torno do ano 970 no reino de Pamplona, e a uma das versões da crônica do bispo Sampiro, a qual, como se sabe, chega aos nossos dias fazendo parte das crônicas posteriores³³. No primeiro caso, trata-se da legitimação do poder dos condes de Aragão, cujo antepassado Aznar Galindo foi para Francia e tornou-se vassalo de Carlos Magno, recebendo deste seus domínios³⁴. Uma legitimação de veracidade suspeita, principalmente em razão da incoerência temporal, mas que mostra, no entanto, a autoridade que o nome do rei franco possuía na região. No segundo caso, temos uma menção na crônica de Sampiro incluída na *Historia Silense*, de acordo com a qual o autor atribui à

³³ BAUTISTA, *op. cit.*, p. 51.

³⁴ José María LACARRA, “Textos navarros del código de Roda”, *Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón*, 1 (1945), 193-284: *Perrexit igitur Asnari Galindones ad Franziam et proiecit se pedibus Carli Magni et donavit illi populationem Cerretania et Oriello, ubi et tumulatum iacet* (“Assim Aznar Galindones se dirigiu a Francia, onde se lançou aos pés de Carlos Magno e este lhe concedeu as povoações de Cerretania et Oriello, onde ele está enterrado”). *Apud* BAUTISTA, *op. cit.*, p. 52.

rainha Jimena, esposa de Alfonso III, a descendência da estripe carolíngia³⁵. Uma menção que não se repete na transcrição da crônica pelo bispo Pelayo de Oviedo e que, de acordo com Bautista, parece ser uma falsificação construída pelo cronista da *Historia Silense* no século XII. Para o autor, o nome de Carlos Magno começa a aparecer nos documentos hispânicos no final do século XI. O nome do imperador franco geralmente é usado para legitimação dos costumes, direitos ou atitudes, na maioria das vezes sem uma base fatural real.

Ao final do século XI, é atribuído também um documento chamado *Nota emilianense*, importante por ser o registro mais antigo nos documentos hispânicos da lenda de Roncesvalles. Este documento é uma anotação posterior feita nas margens de *Códice emilianense* pertencente ao século X. Para Francisco Bautista, a lenda de Roncesvalles, a consequente presença de Carlos Magno na Península ibérica e principalmente a sua relação com a lenda de São Tiago de Compostela foram aproveitadas pelos monges do mosteiro de São Milán de Cogolla como uma garantia de ortodoxia da liturgia hispânica que naquele momento estava sendo questionada por Roma.

Sabemos que a reforma gregoriana estava por trás das grandes transformações que tomaram conta da sociedade ibérica no século XI. Estas transformações, em maior grau no campo religioso, mas também no social e político, estavam no começo intrinsecamente ligadas com a restauração das relações com as sociedades cristãs além dos Pirineus, principalmente borgonhesas e francesas. O reinado do Alfonso VI foi, neste sentido, um período importante pois, ao que tudo indica, foram justamente as circunstâncias geradas pelos acontecimentos deste momento que deram a vida à lenda sobre o Bernardo del Carpio, uma lenda que une a matéria épica hispânica e francesa e mostra uma relação conturbada perante os acontecimentos políticos e sociais do século XI.

Herdando os reinos Castela e Galiza após a morte dos seus irmãos, Alfonso se intitula *Imperator totius Hispaniæ* em 1077. Em 1080, casa-se com Constança de Borgonha, bisneta de Hugo Capeta e sobrinha do abade Hugo de Cluny por parte da mãe. O casamento de Constança com Alfonso e a sua importância na política religiosa do rei aponta para um estreitamento dos laços entre a monarquia hispânica e o papado. Porém, a correspondência entre o papa Gregório VII e Alfonso VI mostra que a relação entre Roma e as monarquias ibéricas não foi tão pacífica assim.

A presença de Cluny em Castela e *Leão* e a aliança de Alfonso VI com a abadia de Borgonha foram interpretadas por Charles Julian Bishko como sinais evidentes de uma “europeização” que afetava cada vez mais a Espanha

³⁵ *Ibid.*, p. 50.

do século XI³⁶. Para o autor, a aliança da monarquia ibérica com Cluny se inicia ainda com Fernando I diante da urgência em responder politicamente à formação de uma aliança anticastelhana entre o papado e o reino de Aragão, a qual culminou com a cruzada de Barbastro. Para Salvador Martínez³⁷, tanto Fernando I como Alfonso VI apostam em Cluny numa complexa e conturbada relação com papado. Para o autor, Alfonso VI obteve apoio dos clunienses ainda durante sua disputa do trono com Sancho II, cedendo a Cluny em maio de 1073 a primeira casa monástica dependente diretamente da abadia borgonhesa. Ao mesmo tempo, Alfonso restaura e dobra a contribuição anual da monarquia castelhano-leonesa para o mosteiro, que teve origem no reinado do seu pai Fernando. A doação de Fernando é registrada na *Historia silense*, de acordo com a qual “*Statuit quoque per unum quemque annum vivens, pro vinculis peccatorum resolvendis, Cluniacensis cenobii monachis mille aureos ex proprio erario dari*”.³⁸

Esta relação de Fernando I com Cluny, chamada por Bishko de *socius-censualis*, gerou várias discussões a respeito do caráter vassálico das relações entre a monarquia hispânica e o mosteiro borgonhês, sugerindo até mesmo que o processo de feudalização das estruturas sociais ibéricas se deu por meio da influência cluniense. Salvador Martínez descarta esta opinião apontando que feudalismo hispano tem traços muito peculiares que se formaram através do processo “*de repoblación del espacio y de la necesidad de ajustar esse processo a las nuevas realidades económicas y sociales*”³⁹. No que diz respeito à doação de Fernando I ao mosteiro borgonhês, o historiador espanhol vê nela uma atitude pessoal e privada sem nenhuma obrigação hereditária, apesar da documentação cluniense trabalhada por Bishko tentar apresentar o vínculo fernandino como permanente e sucessório.

Para Salvador Martínez, ao mesmo tempo que não se deve negar uma grande influência espiritual cluniense, principalmente no reinado de Alfonso VI, *não podemos falar numa soberania temporal* do mosteiro em relação à monarquia hispana. Por outro lado, o autor aponta para uma manifesta coincidência entre as convocações para as campanhas militares papais na Península ibérica, tanto no caso de Alexandre II como de Gregório VII, e estreitamentos dos laços entre as monarquias hispânicas com Cluny. Na visão

³⁶ Charles Julian BISHKO, “Fernando I y los orígenes de la alianza castellano-leonesa con Cluny”, *Cuadernos de Historia de España*, XLVII-XLVIII (1968), 97-119.

³⁷ H. SALVADOR MARTÍNEZ, “Vasallaje castellano-leonés a Cluny: de Fernando I a Alfonso VI”, em Etelvina FERNÁNDEZ y Javier PÉREZ (eds.), *Javier Alfonso VI y su época. Los precedentes del reinado (966-1065)*, León, Universidad de León, 2007, pp. 147-187.

³⁸ Francisco SANTOS COCO (ed.), *Historia silense*, Madrid, Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas-Centro de Estudios Históricos, 1921, p. 89: “Estabeleceu que todos os anos enquanto viver, para que pudesse se livrar das algemas dos pecados fossem dados aos monges da abadia de Cluny mil peças de ouro de seu próprio tesouro”.

³⁹ SALVADOR MARTÍNEZ, *op.*, p. 153.

dele, durante o século XI, Cluny se impunha como defensor do reino castelhano-leonês contra os avanços territoriais promovidos pelo Papa, chegando a sabotar as campanhas militares promovidas pelo papado⁴⁰. Claro que os clunienses defendiam em primeiro lugar seus próprios interesses, já que os objetos de conquista escolhidos pelos Papa faziam parte do círculo vassálico dos monarcas ibéricos e os tributos cobrados destas cidades mouras eram suas principais fontes de riqueza, sendo a maior parte do ouro fruto de doações régias a Cluny.

Neste contexto, fica bastante transparente a relação entre o diploma de Alfonso VI composto nos primeiros dias de julho de 1077, no qual ele se declara “sócio” e oferece uma doação anual de duas mil peças de ouro, e uma carta de Gregório VII de 28 de junho. Nesta carta, dirigida a todos os príncipes da terra de Espanha, o Papa alega a soberania pontifícia sobre todos os reinos peninsulares, afirmando o poder de *são Pedro sobre “regnum Hispaniae in ius et proprietatem”*⁴¹. Para Salvador Martínez, esta carta com intimidação, mesmo velada, de excomunhão no caso da rebeldia apresentava uma ameaça séria às ambições imperiais de Alfonso VI e, neste caso, uma aliança com Cluny aparece como o “mal menor”⁴². Julia Montenegro aponta para a suposição de que o Papa não pretendia afirmar o seu domínio sobre o império hispânico –seu objetivo principal era que Alfonso aceitasse a troca do rito e das escrituras sagradas, adotando a uniformidade na disciplina religiosa e aceitando a reforma cluniense em todos os mosteiros do reino. Se for assim, o sucesso do Papa é evidente, pois os conselheiros clunienses de Alfonso conseguiram convencê-lo de que esta seria a única possibilidade de conservar o controle imperial sobre seus territórios⁴³. Assim, em 1080 no conselho de Burgos, o rito moçárabe foi oficialmente abolido, embora algumas paróquias mantivessem a permissão para celebrar a liturgia antiga. O mesmo também continuou nas paróquias que estavam sob o poder político dos muçulmanos.

Conhecemos várias fontes pertencentes ao reinado de Alfonso VI que apontam para uma reação extremamente negativa que se espalhou pelo reino castelhano-leonês. Pelas crônicas, sabemos que as celebrações das liturgias romanas em Burgos provocaram oposições populares:

⁴⁰ *Ibid.*, p. 172.

⁴¹ *Preterea notum vobis fieri volumus, quod nobis quidem tacere non est liberum, vobis autem non solum ad futuram sed etiam ad presentem gloriam valde necessarium, videlicet, regnum Hispanie ex antiquis constitutionibus beato Petro et sancte Romane ecclesie in ius et proprietatem esse traditum* (MGH, *Epistolae Selectae*, Berlin, 1920-1923, I, lib. IV, ep. 28, pp. 343-347. Disponível em https://www.dmgf.de/mgh_epp_sel_2_1/index.htm#page/343/mode/1up).

⁴² SALVADOR MARTÍNEZ, *op. cit.*, p. 174.

⁴³ JULIA MONTENEGRO, “La alianza de Alfonso VI con Cluny y la abolición del rito mozárabe en los reinos de León y Castilla: una nueva valoración”, *Iacobus. Revista de estudios jacobeos y medievales*, 25-26 (2009), 47-62.

*Quando vieron los de España que el rrey e el legado les querrien cambiar el ofiçio e la letra toledana e tornar los al uso de França, ovieron muy grant pesar e pusieron día señalado en que se allegasen el rrey e el arçobispo e allegado e toda la otra clerezia e todo el pueblo. Et despues que todos fueron allegados, ovieron muy grant contienda los vnos con los otros que su ofiçio no fuese canbiado*⁴⁴.

Liber Comicus, organizado e editado por Justo Pérez de Urbel, contém um interessante discurso em defesa da liturgia moçárabe atribuída a um religioso pertencente ao mosteiro de San Milan de Cogolla. “Se queremos fugir da ira de Deus”, escrevia o monge, “e queremos estar com sua verdade e sua clemência, serviremos a Deus com culto religioso e com nosso temor, guardaremos aos nossos antepassados nossas promessas...”⁴⁵. O próprio rei Alfonso VI, numa carta enviada ao abade de Cluny, tio da rainha Constanza, comunica este sobre uma situação política complicada que resultou na reforma religiosa promovida por Roma e apoiada por Cluny:

*De Romano autem officio, quod tua iussione accepimus, sciatis nostram terram ad modum desolata esse; unde uestram deprecor paternitatem quatinus faciatis ut domnus papa nobis suum mittat cardinalem, uidelicet domnum Giral dum, ut ea que sunt emendanda emendet, et que sunt corrigenda corrigat*⁴⁶.

Assim, podemos ver que a penetração francesa tanto política como cultural na Península ibérica não foi nada pacífica. Este clima de confronto gerou aquele solo em que brotou a lenda sobre Bernardo del Carpio. A *Nota emilianense*, cuja composição é atribuída aos anos 1065-1075⁴⁷, nos indica mais ou menos o período quando a cronística franca atravessa os Pireneus tornando-se conhecida na Península ibérica. Por outro lado, sabemos que as datações propostas para a concepção de *Chanson de Roland* pertencem ao intervalo entre 1075 e 1125⁴⁸, o que indica que a passagem

⁴⁴ EE, cap. CCCV.

⁴⁵ Justo PÉREZ DE URBEL y Atilano GONZÁLEZ Y RUIZ-ZORRILLA (eds.), *Liber Commicus*, Madrid, CSIC, 1955, t. II, p. 716: *Quod si diuinam iracundiam vitare volumus et veritatem eius ad clementiam prouocare cupimus, seruemus erga Deum religionis cultum, atque timorem custodiamus erga antecessores nostros; pollicitatione atque sponsionem*.

⁴⁶ Alfonso GAMBRA, *Alfonso VI: Cancillería, curia e imperio. Vol. II: Colección diplomática*, León, Centro de estudios e investigación “San Isidoro”, 1998, doc. 47, p. 123: “No que concerne ao rito romano que recebemos segundo tua ordem, deve saber que a nossa terra está desolada. Por isto suplico a vossa paternidade que faça que o senhor Papa nos envie seu cardeal chamado Geraldo para que emenda o que há de emendar e corrija o que há de corrigir”.

⁴⁷ Dámaso ALONSO, *La primitiva épica francesa a la luz de una nota emilianense*, Madrid, CSIC, 1954.

⁴⁸ Lucas BITTENCOURT GOUVEIA, *Par penitence les cumandet a ferir: a legitimação do combate contra os pagãos na Chanson de Roland e na Chanson de Guillaume*, dissertação

de Carlos Magno pelas terras hispânicas se transforma numa obra épica mais ou menos na mesma época que os contatos entre os francos e reinos hispânicos são reestabelecidos. Até aquele momento, de acordo com Lucas Bittencourt Gouveia, o nome de Rolando aparece somente em alguns manuscritos de *Vita Caroli*, sendo citado ao lado dos que pereceram na batalha de Roncevaux: “...Hruoldlandus Britannici limitis praefectus cum aliis conpluribus interficiuntur”⁴⁹. O fato do nome de Rolando não aparecer em todos os manuscritos de *Vita Caroli* gerou suposições de que foi inserido mais tarde e colocou sob suspeita a existência histórica do personagem⁵⁰. No nosso caso, é importante notar que o surgimento de matéria épica tanto franca como hispânica sobre a passagem de Carlos Magno pela Espanha começa a se desenvolver a partir do século XI. Porém, a lenda hispânica mostra o conhecimento da versão francesa mencionando Rolando como adversário de Bernardo.

Na *Estoria de España*, o episódio que narra a entrada de Carlos Magno na Península ibérica pertence ao capítulo XV da crônica. O cronista conta que no trigésimo ano do seu reinado, se sentindo velho e não tendo filhos para que pudessem herdar o reino, Alfonso II, em segredo enviou uma carta a Carlos, rei dos franceses e alemães. Nesta carta, ele chamava Carlos à Hispânia para ajudar Alfonso a combater os mouros e prometia deixar seu trono para ele, já que não tinha herdeiros. Os ricos homens, quando souberam do acordo entre seu rei com o dos francos, não aceitaram a ideia de domínio francês. Liderados por Bernardo, ameaçaram Alfonso de expulsá-lo do reino e eleger um outro rei no seu lugar, caso insistisse no acordo com Carlos Magno. Nesta narração, chamam a atenção os paralelos que poderiam ser criados entre o reinado de Alfonso II e Alfonso VI. Em ambos os casos, o rei é apresentado como iniciador de contato com francos e uma reação popular contraria a política do rei. Na lenda, Alfonso II cede aos seus homens e desfaz o acordo com Carlos. Irado, o rei franco tenta forçar Alfonso a se submeter a ele na condição de vassalo. Ao saber das condições impostas por Carlos, Bernardo junta seu exército e vai até Saragoça oferecendo ajuda ao rei Marcilio que, de acordo com a crônica, estava em guerra com Carlos Magno.

Se lançarmos o nosso olhar para as fontes francas, tanto *Vita Caroli* de Einhardi como *Canção de Rolando* falam sobre a conquista da terra hispânica por Carlos Magno: “*Hispaniam quam maximo poterat belli apparatu agreditur saltuque Pyrinei superato, omnibusque adierat opidis*

apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para a obtenção do título de Mestre em História Social, 2010, p. 12.

⁴⁹ Oswald HOLDER-EGGER (ed.), *Einhardi Vita Karoli Magni*, Hannover, 1911, p. 12 (MGH, SS rer. Germ.25). Disponível em: <http://www.dmgh.de>.

⁵⁰ BITTENCOURT GOUVEIA, *op. cit.*, p. 12.

atque castellis in deditionem acceptis”⁵¹. Um cenário bastante parecido é apresentado pela *Canção de Rolando*⁵². Os acontecimentos descritos na canção de gesta se sobrepõem à narração de *Annales regni Francorum*, que também aponta a cidade aragonesa como aquela que não chegou a ser tomada pelos francos. Ao mesmo tempo, o texto da crônica fala dos mouros reféns que Carlos acaba levando de Saragoça para garantir a paz; a canção de gesta também menciona este episódio, trazendo vários detalhes para incrementar a narração. Podemos perceber na tabela abaixo como os acontecimentos da crônica e da canção de gesta se intercalam, apontando para uma única origem textual que, ao nosso ver, seria *Annales regni Francorum*.

⁵¹ *Vita Karoli Magni*, p. 12: “Invadiu a Hispania depois de ter se preparado ao máximo para guerra; ao atravessar os Pirineus ele aceitou a entrega de todas as cidades e castelos”.

⁵² Raoul MORTIER (ed.), *Chanson de Roland (manuscrit d'Oxford)*, Paris, 1940: *Carles li reis, nostre emper[er]e magnes/ Set anz tuz pleins ad estet en Espaigne:/ Tresqu'en la mer cunquist la tere altaigne./ N'i ad castel ki devant lui remaigne;/ Mur ne citet n'i est remes a fraindre,/ Fors Sarrauce, ki est en une muntaigne*. Disponível em: https://www.hs-augsburg.de/~harsch/gallica/Chronologie/11siecle/Roland/rol_ch01.html.

<i>Tunc ex persuasione praedicti Sarraceni spem capiendarum quarundam in Hispania civitatum haud frustra concipiens congregato exercitu profectus est superatoque in regione Wasconum Pyrinei iugo, primo Pompeionem Navarrorum oppidum adgressus in deditionem accepit. Inde Hiberum amnem vado traiciens Caesaraugustam praecipuam illarum partium civitatem accessit acceptisque, quos Ibin al Arabi et Abuthaur quosque alii quidam Sarraceni obtulerunt, obsidibus Pompeionem revertitur*</i>	<i>Em seguida, por persuasão de Sarraceno acima mencionado, tendo esperança, não em vão concebida, em conquistar algumas cidades na Hispania, (Carlos) unindo exército, atravessou os Pirineus em região dos bascos. Em primeiro lugar ele atacou a Pamplona cidade dos Navarros e aceitou a sua entrega. Depois atravessou o rio Ebro e alcançou a Saragoça a maior cidade daquela região. Aceitou os reféns oferecidos por Ibin al Arabi e Abuthaur e alguns outros Saracenos e voltou para Pamplona.</i>	<i>Carles li reis, nostre emper[er]je magnes/ Set anz tuz pleins ad estet en Espaigne:/ Tresqu'en la mer cunquist la tere altaigne./</i> <i>N'i ad castel ki devant lui remaigne;/</i> <i>Mur ne citet n'i est remes a fraindre,/</i> <i>Fors Sarraguçe, ki est en une muntaigne...</i> <i>...De cez paroles que vos avez ci dit,</i> <i>En quel mesure en purrai estre fiz?»</i> <i>– «Voet par hostages,» ço dist li Sarrazins,</i> <i>«Dunt vos avrez ú dis ú quinze ú vint.</i> <i>Pa[r] num de ocire i metrai un mien fîlz**</i>	O rei Carlos, nosso magno imperador/ Por sete anos completos esteve na Espanha/ Conquistou-a desde mar até as montanhas/ Nenhum castelo pode resistir-lhe/ Os muros e as cidades permaneceram devastados/ Somente Saragoça uma cidade montanhosa, resistiu... ...Essas palavras que você pronunciou aqui Como posso ter certeza de que elas serão mantidas? Pelos reféns, disse o Sarraceno Você terá dez, quinze ou até vinte deles. Mandarei até um dos meus filhos
---	--	--	--

* Georg Heinrich PERTZ, (ed.) *Annales regni Francorum*, Hannover, 1851, cap. DCCLXXVIII, p. 51.

** *Chanson de Roland*.

O próprio fato de a *Estoria de España* apontar o rei Marcilio como governante de Saragoça e líder dos muçulmanos da resistência contra o exército de Carlos Magno mostra que o narrador da lenda hispânica conhecia a épica franca. Bernardo é inserido na narração que surge do outro lado dos Pirineus. A personagem hispânica “invade” e transforma a lenda franca tornando-se o herói principal dessa lenda, representando a reação da população da Península ibérica às transformações políticas, culturais e religiosas

provocadas pelos contatos com cristandade além dos Pirineus. A *Estoria de España* de Alfonso X segue a narração do *Chronicon Mundi* de Lucas de Tuy. Comparando ambas as crônicas, percebemos que desde a primeira versão da lenda composta por escrito os autores aproveitam os dados, nomes e locais geográficos da *Canção de Rolando* para compor a sua narração. No caso de *Estoria de España*, o autor identifica as fontes de *Chronicon Mundi* e recorre a elas para incrementar o texto com outros detalhes de lenda franca. Assim, Marcilio, rei de Saragoça e Ganelão, é apontado como traidor em ambas as crônicas, com a diferença que no caso da lenda hispânica, a traição de Ganelão impede Carlos de tomar Tudela. Já os nomes dos guerreiros de Carlos que pereceram na batalha de Roncesvales indicam que os cronistas ibéricos tiveram contato com *Vita Caroli*: “*Rroldan, que era adelantado de Bretaña, et el conde don Anselyno e Rrenalte de Montalua et Guiralte, adelantado de la mesa del rrey Carlos et el conde don Olyuero e el conde don Terry...*”⁵³. O curioso é que se os primeiros nomes são sem dúvida emprestados da crônica de Einhardi⁵⁴, já os dois últimos citados pelo cronista afonsino são personagens da *Canção de Rolando*: Oliveiros ou Oliver, amigo prudente de Rolando morto com ele na batalha, e Thierry que, de acordo com a lenda, não participou da batalha, mas combateu no ordálio final contra Ganelão.

Então, de acordo com a crônica hispânica, Bernardo junta seu exército e se dirige para Saragoça. Carlos Magno, ao saber da reação dos cristãos ibéricos, se enfurece e, abandonando a guerra com os mouros, dirige seu exército para a Península ibérica: “*los esturianos et los nauarros et los de Vizcaya e los gascones et los aragoneses, quando esto supieron, dyxeron que masquerien morir todos que non entrar en seruidunbre de los franceses*”⁵⁵. Assim, na Península ibérica formam-se dois blocos, um sob liderança de Alfonso II, a quem se dirigem os reinos cristãos, e outro com liderança do rei de Saragoça, Marcilio, que além das tropas muçulmanas, conta com o exército de Bernardo. O exército de Carlos também é dividido. Uma parte é liderada pelo rei franco “*...et el fue se por um val que oyendía es llamado el ual de Carlos*”⁵⁶. A outra parte, retaguarda, sob comando de Rolando, foi pela famosa passagem de Roncesvalles, onde entrou em combate com ambos os exércitos ibéricos. De acordo com o narrador afonsino, a destruição da retaguarda abalou Carlos, que achou que continuação desta campanha militar seria prejudicial e voltou para a França.

Ora, o cronista não termina a sua narração, mas depois de contar a versão oficial, a qual, de acordo com ele, tem maior credibilidade, *enumera* outros

⁵³ EE, cap LV, p. 153.

⁵⁴ *Vita Karoli Magni*, p. 12: “*...Egghardus regiae mensae praepositus, Anshelmus comes palatii et Hruodlandus Brittannici limitis praefectus cum aliis conpluribus interficiuntur.*”

⁵⁵ EE, cap LV, p. 153.

⁵⁶ *Ibid.*

dados referentes a este acontecimento e estes personagens. Estes dados, ao nosso ver, possuem uma grande importância, pois vêm justamente das fontes não “*auténticas*” fornecidas pela matéria épica hispânica. Assim, das fontes não confiáveis o cronista conta que talvez tanto Bernardo como o rei Marcílio foram feridos na batalha de Roncesvalles, que Carlos voltou mais uma vez para Península ibérica, cercou Saragoça e desta vez Bernardo lutou ao lado dele, que os cristãos venceram a batalha e que Carlos, ao voltar pra seu reino, levou Bernardo consigo e fez dele rei da Itália. Estas informações “não confiáveis”, porém apresentadas na crônica, mostram que a matéria épica dedicada a Bernardo era bastante variável e conhecida no século XIII.

Uma outra interessante análise histórica referente às conquistas de Carlos Magno na Península ibérica o cronista alfonsino apresenta no capítulo LVII. Ora, este capítulo é uma verdadeira obra crítica da veracidade histórica das canções de gesta francas. Comparando as lendas vindas além dos Pireneus com a cronística hispânica, o autor apresenta provas ao seu leitor de que Carlos Magno nunca ultrapassou os territórios que chegaram a formar marca hispânica e que não pode ser considerado precursor do caminho de Santiago, que deve sua existência aos cristãos ibéricos:

*Agora sabet aquí los que esta estória oydes que, maguer que los juglares cuentan en sus fablas et en sus cantares de gesta que Carlos conquirio en España muchas cibdades et muchos castillos, et que ouo y muchas lides con moros, et que desenbargo el camino frances desde Francia fasta Santiago, esto non puede estar,... non es de creer*⁵⁷.

O curioso é que sabemos que durante o reinado de Alfonso X, a relação de Castela e Leão com o reino da França estava numa fase amistosa. O próprio príncipe herdeiro Fernando de la Cerda estava casado com dona Blanca filha de Luis IX⁵⁸ e o príncipe Sancho completava os seus estudos em Paris⁵⁹. Adotando a ideia da crônica medieval como uma forma de discurso político que analisamos ainda na nossa tese de doutorado⁶⁰ e visando relações bastante densas entre os reinos da França e Castela e Leão no período de elaboração da crônica, devemos refletir em torno dos objetivos que perseguia o cronista alfonsino, dedicando um capítulo inteiro a uma análise crítica das lendas francas em torno das conquistas ibéricas de Carlos Magno.

⁵⁷ EE, cap. LVII, p. 159.

⁵⁸ José Manuel NIETO SORIA, *Sancho IV*, Palencia, Diputación Provincial de Palencia-La Olmeda, 1994, p. 19.

⁵⁹ Fernando GÓMEZ REDONDO, *Historia de la prosa medieval castellana*, Madrid, Cátedra, 2007, vol. 1, p. 864.

⁶⁰ Olga PISNITCHENKO, *A Cavalaria no discurso político castelhano-leonês no final do século XIII início do século XIV. Entre vínculo social e forma de vida virtuosa*, tese de doutorado, UFMG, Belo Horizonte, 2016. p. 241.

Apesar da promoção de uma construção social peculiar que claramente transparece na *Estoria de España*, uma outra obra cuja autoria é atribuída a Alfonso Sábio apresenta o pensamento alfonsino de uma maneira mais explícita e organizada. Estamos falando de *Siete Partidas*, um código legislativo de sete volumes, no qual o rei toma voz para ensinar ao povo do seu reino sobre a ordem que o gere. Neste código, apresentando os laços e deveres que unem os indivíduos entre si, os juristas alfonsinos introduzem mais um aspecto que se integra na vinculação social de uma maneira inédita. O código concebe a sociedade integrando a comunidade política sustentada por vínculos pessoais a um território, distanciando-se desse modo tanto da noção de *polis* aristotélica, que concede aos seus cidadãos direitos políticos iguais, como da noção de cidadania romana. Esta última, apesar de sua vinculação a um espaço geográfico ser discutida por estudiosos do direito romano⁶¹, não pode ser vista como completamente desatada do espaço, no qual os cidadãos interligados pelo instituto jurídico romano agem exercendo seus direitos. A própria divisão em *civis romani* e *civis latini* aponta sobre importância do espaço territorial para o exercício da cidadania.

A influência do direito romano sobre as obras jurídicas alfonsinas já foi notada por vários estudiosos do assunto, o que transparece também na sua concepção de *terra*. Mas a construção territorial nos códigos legislativos de Alfonso X inspirada em Roma, por um lado, está infinitamente distante da noção da pátria romana: “...son tenudos los homes de loar à Dios, e obedescer a sus padres e a sus madre, e a su tierra, que dicen en latín patria”⁶², fala o jurista na primeira partida, desde o início colocando o vínculo com a terra no mesmo nível da relação com o Ser Supremo e laços do parentesco. Mas a pátria de Alfonso não é uma cidade milenar e perene que estendeu seus braços ao Mediterrâneo, incorporando-o e transformando-o a sua imagem. *Terra* para Alfonso X é um território em formação, em constante mudança. *Terra* que lembra domínio romano e os reis visigodos, *terra* onde surgem os reinos cristãos e muçulmanos, cujas fronteiras oscilam e os reis se enfrentam. Nas *Siete Partidas*, esta *terra* se torna um componente indispensável da comunidade política e social definida como *regno*. Portanto, no código legislativo o rei, o povo e a terra são apresentados vinculados um a outro, configurando deste modo uma identidade tanto social como geográfica de um reino. Tanto rei como povo possuem deveres em relação à terra, pois “*viven de las cosas*

⁶¹ G. CRIFÒ, *Civis. La cittadinanza tra antico e moderno*, Roma-Bari, Laterza, 2004; Jean GAUDEMET, *Les institutions de l'Antiquité*, Paris, Montchrestien, 2002; P. CATALANO, “Aspetti spaziali del sistema giuridico-religioso romano. *Mundus, templum, urbs, ager*, Latium, Italia”, *Aufstieg und Niedergang der Römischen welt, II. Principat*, 16/1 (1978), 440-553, *apud* Lucien e Arno DAL RI, “Cidadãos e latinos na experiência jurídica da Roma Antiga: novas possibilidades para um modelo de inclusão”, *NEJ-Eletrônica*, 18/2 (2013), p. 302.

⁶² ALFONSO X, *Las siete Partidas, nuevamente glosadas por el Licenciado Gregorio López*, Madrid, Boletín oficial del Estado, 1985 (ed. facs.), I, IV, LXVII (doravante citado *Siete Partidas*).

que enellason”⁶³. A relação com a terra está ligada também a um outro conceito de valorização jurídica que Alfonso promove nas suas *Partidas*: a de *pro comun*al—bem comum.

O cumprimento do rei e do povo de seus deveres com a terra faz com que a comunidade alcance o bem para todos: “...*ca de todo esto sobredicho viene muy grande pro á todos comunalmente, porque son obras de piedat, et puéblase por hi mejor la tierra, et aun los homes han mejor sabor de vevir et de morar en ella...*”⁶⁴. De acordo com Fernando Gómez Redondo, este novo conceito anuncia a elaboração de uma nova ordem social, em que o rei é obrigado a cuidar mais do *pro comun*al dos seus súditos do que do seu próprio⁶⁵. Assim, as obrigações entre o rei e o povo são reciprocas e tanto um como outro tem obrigação com a terra, de amá-la, honrá-la, povoá-la, sendo a principal obrigação a defesa desta contra os inimigos —“...*para guardar su tierra et apoderarse de sus enemigos*”⁶⁶]. O vínculo que formaliza esta relação com a terra também inédito é definido no título XXIV da *Quarta Partida*, na qual ao lado da vassalagem o rei Sábio introduz um outro instituto: de *naturaleza*. Segundo Daniel Panateri o conceito da *naturaleza* no discurso jurídico alfonsino constitui um elemento da identidade política⁶⁷. Desenvolvendo o raciocínio de George Martin que analisa os paralelos elaborados pelo legista régio entre a *natura*, *natus*, *natural* e *naturaleza* designados pelo estudioso francês como uma grande manipulação linguística⁶⁸, historiador argentino aponta para valorização etimológica do conceito. Para ele a ligação entre *natura* e *naturaleza* estabelecida no código jurídico deve ser interpretado como procedimento “racional” concedido a “*natura*”—criação divina. Assim Panateri percebe que as formas de aquisição de *naturaleza* apresentadas na *Quarta Partida* associam-se a *natura* apontando para caracter natural — divino da ordem e do vínculo nele estabelecido, confirmando por desta logica estabelecida a dominação do senhor natural “...*desde su carácter dinástico primigenio a uno territorial*”⁶⁹. Para historiadora brasileira Aline Dias da Silveira conceito alfonsino da *naturaleza* está também intrinsecamente ligado com o conceito do povo, o qual, caracterizado pelo território em comum se encontra vinculado

⁶³ *Siete Partidas* II, XI, I.

⁶⁴ *Siete Partidas* II, XI, I.

⁶⁵ GÓMEZ REDONDO, *op. cit.* vol. 1, p. 548.

⁶⁶ *Siete Partidas* II, XX.

⁶⁷ Daniel PANATERI, “Naturaleza y monarquía, la identidad en la Edad Media castellana”, en Verónica ALDAZÁBAL, Lidia AMOR et alii (eds.), *Territorios, memorias e identidades. Actas de las IV Jornadas Interdisciplinarias*, Buenos Aires, 4 y 5 de noviembre de 2015, Buenos Aires, IMHICIHU, 2016, pp. 267-278.

⁶⁸ Georges MARTIN, “De lexicología jurídica alfonsí: naturaleza”, *Alcanate*, 6 (2008/09), 125-138.

⁶⁹ PANATERI, *op. cit.*, p. 271.

por laços naturais tanto ao território que os proporciona a sobrevivência como a senhor natural deste território.⁷⁰

Não entraremos numa longa discussão sobre este conceito por já termos tratado deste assunto em outras ocasiões⁷¹. Porém, queremos apontar para alguns momentos relevantes para o nosso raciocínio destacando que *naturaleza* não é um vínculo que surge espontaneamente, ou se baseia em alguma condição prévia independente da escolha das partes, como paternidade, por exemplo. *Naturaleza* é um vínculo que as pessoas constroem fazendo sua escolha e agindo de uma maneira própria a criar e conservar esta relação, a qual, de acordo com o jurista, se baseia no amor: “*Uno de los grandes debdos que los homes pueden haber unos con otros es naturaleza; ca bien como la natura los ayunta por linage, asi la naturaleza los fase seer como unos por luengo uso de leal amor*”⁷². O código apresenta dez situações a partir das quais constroem-se laços de *naturaleza*:

*Diez maneras posieron los sabios antiguos de naturaleza: la primera et la mejor es la que han los homes con su señor natural, porque también ellos como aquellos de cuyo linage decenden, nascieron, et fueron raigados et son en la tierra onde es el señor: la segunda es la que viene por razón de vasallage; la tercera por crianza; la quarta por caballería; la quinta por casamiento; la sexta por heredamiento; la setena por sacarlo de cativo, ó por librarlo de muerte ó de deshonor; la ochava por aforramiento de que non rescibe prescio el que lo aforra; la novena por tornarlo cristiano; la decena por moranza de diez años que faga en la tierra maguer sea natural de otra*⁷³.

É fácil perceber que a primeira e a última das maneiras mencionadas estão ligadas à terra. Enquanto a última nos fornece os limites temporais dentro dos quais surge o vínculo com o território, a primeira aponta para a principal maneira de construção da *naturaleza* - relação com o senhor natural. Uma relação que se baseia no amor a terra e que consequentemente coloca o rei acima dos outros senhores do reino⁷⁴. Uma relação que não precisa de um rito ou um pacto de confirmação, uma vez que a escolha acontece no momento em que pessoa aceita viver na terra do senhor e ao lado dele cuidar

⁷⁰ A. SILVEIRA, “A Trama da História na concepção de povo nas Siete Partidas”, *Diálogos Mediterrânicos*, 7 (2014). Disponível em: <http://www.dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/133>.

⁷¹ PISNITCHENKO, *op. cit.*, pp. 136-148.

⁷² *Siete Partidas* IV, XXIV.

⁷³ *Siete Partidas* IV, XXIV, II.

⁷⁴ De acordo com *Siete Partidas*, a *naturaleza* por ser um vínculo natural acaba competindo com outros, assim o laço de vassalagem com senhor de uma determinada região não exclui o vínculo de naturalização com o rei que é senhor de todo o reino.

e defendê-la. Apesar do código apresentar dez situações que suscitam vínculo de *naturaliza*, nas leis consequentes o desenvolvimento é dado somente à situação da primeira maneira. O título XXIV promove o território do reino *terra* como principal componente através do qual é construída a relação entre o rei e o povo, um componente propulsor do vínculo de *naturaliza* que gera obrigações mútuas e une a população de um reino. Este conceito de território construído na legislação permeia as páginas das crônicas históricas; portanto, a lenda sobre Bernardo del Carpio não pode ser analisada sem levar em conta concepção territorial alfonsina. Assim, a lenda que surge no final do século XI início do XII como resposta à penetração das tendências ultraperinaicas com manifesta expressão antifranca, na *Estoria de España* transforma-se num modelo de fidelidade territorial, no qual a lealdade à terra e a sua defesa é colocada acima das diferenças ideológicas e religiosas.

Os capítulos LVI e LVIII da crônica alfonsina continuam sendo dedicados a Bernardo del Carpio. Após a expulsão dos francos, Bernardo volta para corte do seu tio, rei Alfonso, descobre a história do seu nascimento e o fato de seu pai continuar vivo, mas preso no castelo de Luna. A partir deste momento, começa um novo episódio da vida de Bernardo, um episódio que além de ultrapassar o reinado do rei Casto, atingindo o seu ápice durante o governo de Alfonso III, também poderia formar um conto épico independente. A partir deste momento, todas as ações de Bernardo são direcionadas para conseguir a liberdade do pai. Ao descobrir a verdade por meio dos seus parentes por parte do pai, Bernardo pede ao rei para devolver-lhe a liberdade. O rei nega, mas Bernardo, apesar da sua fúria, aceita a decisão de Alfonso e continua ao seu lado como bom vassalo: “*Et Bernaldo le dixo: Rrey soes et señor, faredes y lo que tuuieredes por byen. Rruego a Dyos que vos meta en coraçon que lo saquedes ende, ca yo. Señor, non dexare por eso de vos servir quanto mas pudyere*”⁷⁵. Nos capítulos seguintes, ao citar as ações militares conduzidas por Alfonso II, o cronista menciona a participação e importante papel de Bernardo que, ao se destacar no campo de batalha, volta a pedir ao rei a liberdade do seu pai, recebendo contudo nova recusa. A culminação desta controvérsia acontece no capítulo LXIII durante as cortes de Leão, que uniram os ricos homens de todo o reino e foram acompanhadas de jogos militares. O cronista conta que Bernardo não estava participando dos jogos devido à tristeza sentida pelo estado de seu pai, mas aceitou entrar na competição a pedido de rainha, que prometeu apoiar o cavaleiro perante o rei. Contudo, nem a vitória de Bernardo, nem o intermédio da rainha fizeram Alfonso II mudar a sua decisão. Enfurecido, Bernardo acaba rompendo os laços com seu rei e, acompanhado de alguns outros nobres, parte para Saldaña, condado do seu

⁷⁵ EE, cap. LVI, p. 157.

pai. Além do mais, a partir deste momento ele se posiciona como inimigo do rei e se vê no direito de “*correr tierra de León et a fazer mucho mal*”⁷⁶.

Ora, a situação descrita na crônica⁷⁷ deve ser interpretada como um ato de desnaturalização promovido pelo rei. Isso porque o rei não somente se despede do seu sobrinho, recusando seus serviços de vassalo, mas o expulsa do território sob o seu governo e interrompe a sua ligação com a terra. A cena de desnaturalização de Bernardo lembra uma outra, muito mais famosa e que talvez tenha servido de inspiração para o autor da lenda. Estamos falando do episódio de desterro de El Cid, que também é expulso pelo rei e tem nove dias para abandonar o território do reino⁷⁸. De acordo com *Siete Partidas*, o rei pode expulsar alguém do seu território somente em caso de traição⁷⁹. Mas tanto Bernardo como El Cid não cometeram este ato; ao contrário, a crônica mostra que ambos os personagens se destacam servindo a seus respectivos reis. Em ambos os casos, os reis foram movidos por ira na hora da decisão; assim, o ato praticado por eles não pode ser interpretado como um ato justo por um leitor da crônica. A desnaturalização de Bernardo é reforçada pelo comentário que a partir deste momento ele começa a saquear o território sob governo de Alfonso II. A terra que era protegida pelo *rico-hombre* enquanto era mantido o laço de *naturaleza* passa agora a ser prejudicada por ele na função de inimigo.

Um questionamento nos ocorre diante destes fatos: estamos tratando a narrativa histórica como um discurso político de autoria régia, uma vez que na crônica alfonsina o rei muitas vezes aparece como uma personagem negativa? Por que um rei que conta a história do seu reino apresenta os monarcas que lhe sucedem em momentos de fraqueza, tomando decisões erradas ou cedendo sua posição para outros monarcas? Para responder esta questão,

⁷⁶ EE, cap. LXIII, p. 178.

⁷⁷ EE, cap. LXIII, p. 178: *El rrey fue muy sañudo contra el quando aquello le oyó dezír, et dixole: “Don Bernaldo, pues que asy es, mando vos que me salgades de la tierra de oy en nueue dyas, et non vos falle yo y, ca byen vos digo que sy vos yo y fallo después deste plazo, que vos mandare echar allí donde vostro padre yaze”*.

⁷⁸ M. CAMPA GUITÉRREZ (ed.), *La Crónica de veinte reyes y las versiones crítica y concisa de la Estoria de España*, tesis doctoral, Universidad autónoma de Madrid, 1995 (disponível em: <https://repositorio.uam.es/handle/10486/12550>), cap. CCLXXIX, p. 178: *El rey commo estaua muy sañudo e mucho yrado conta el, creolos luego, que non lo querie bien por la jura que le tomara en Burgos sobre rrazon dela muerte del rrey don Sancho su hermano commo esy a dicho; et enbio luego dezir al Çid por sus cartas que le saliese de todo el rregno. Et el despues que ovo ley das las cartas, commo quier que ende oviese grande pesar, non quiso y al fazer, ca non avie de plazo mas de nueue dias en que saliese*.

⁷⁹ *Siete Partidas* IV, XXIV, V: *Desnaturar segunt language de España tanto quiere decir como salir home de la naturaleza que ha con su señor ó con la tierra en que vive. Et porque esto es como debdo de natura non se puede desatar si non por alguna derecha razon: et las derechas razones por que los naturales pueden esto facer son quatro; la una es por culpa del natural, et las tres por culpa del señor : et esto serie como quando el natural feciere traycion al señor ó a la tierra, que solamiente por el fecho es desnaturado de los bienes et de las honras del señor et de la tierra*.

devemos entender quais propósitos queriam alcançar tanto o encomendador como os escritores de obra.

A *Estoria de España* de Alfonso X se apoia nas duas obras históricas que a antecedem. No entanto, o intuito alfonsino, no que concerne a seu projeto, se distancia destas produções históricas. Tanto da finalidade de Dom Lucas, que através de uma compilação a modo isidoriano elaborava uma obra que deveria se tornar um depósito de memória que viria para legitimar a família monárquica e fornecer os exemplos históricos de bons e maus governantes à maneira de *specula principum*⁸⁰, como de Rodrigo Jiménez de Rada, cujo projeto historiográfico baseava-se na convicção do seu encomendador rei Fernando III da importância de memória histórica como fator de coesão social⁸¹. Na *Estoria de España*, o próprio rei assume a autoria da obra histórica, que ao lado do uso da língua vernácula propõe uma nova estratégia comunicativa. Ultrapassando as fronteiras do saber clerical, ensinado em latim e predestinado a uma leitura e contemplação silenciosa, Alfonso o Sábio oferece a seus súditos um saber inteligível designado a uma leitura em voz alta, um conhecimento aberto a todos. A valorização atribuída pelo rei à promoção deste saber, de acordo com Luis Fernández Gallardo, é uma expressão de confiança na capacidade cognitiva do homem, que havia sido sustentada pelas conquistas intelectuais do século XIII⁸². A história que o rei apresenta ao seu povo é, em primeiro lugar, a história da Hispânia, como indica o próprio nome da obra. Neste aspecto, a história alfonsina adota a ideia de *Historia de rebus Hispaniae*, cujo sujeito histórico principal não são mais os reis que se sucedem no poder, mas a terra hispânica. No prólogo, os autores claramente apontam na voz do rei os “*fechos de España*”⁸³ e a busca por “*el comienço de los espannoles*”⁸⁴ como assunto essencial da sua obra, o que fez Luiz Fernández Gallardo atribuir a Alfonso X o papel de “inventor dos espanhóis”⁸⁵.

⁸⁰ Sobre *Chronicon Mundi* de Lucas de Tuy veja Enrique JEREZ CABRERO, *El «Chronicon Mundi» de Lucas de Tuy (c. 1238): técnicas compositivas y motivaciones ideológicas*, Universidad Autónoma de Madrid, tesis doctoral, 2006. Disponível em: https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/2567/1352_jerez_cabrero_enrique.pdf?sequence=1.

⁸¹ Luis FERNÁNDEZ GALLARDO, “De Lucas de Tuy a Alfonso el Sabio: idea de la historia y proyecto historiográfico”, *Revista de poética medieval*, 12 (2004), 53-119 (p. 81).

⁸² *Ibid.*, p. 92.

⁸³ ALFONSO X, *Primera crónica general de España* (ed. Ramón Menéndez Pidal), Madrid, Gredos, 1955, Prólogo, vol. 1, p. 3 (doravante citado PCG).

⁸⁴ *Idem.*

⁸⁵ FERNÁNDEZ GALLARDO, “De Lucas de Tuy a Alfonso el Sabio...”, p. 83. Alguns anos atrás estávamos discutindo a validade de afirmação de Jesus Rodrigues Velasco que atribuía ao Alfonso X o papel de inventor de cavalaria ibérica, desta vez não entraremos num debate sobre afirmação do autor, citando-a somente para apontar para o fato que a importância da questão territorial no pensamento alfonsino não foi subestimado por historiadores.

A partir do momento que a terra, e não os seus governantes, se torna o sujeito principal da obra histórica, as ações dos monarcas, assim como dos outros personagens nobreza, clero e povo, passam ser avaliados como benéficos ou maléficos no que concerne ao território hispano. E já que a *Estoria de España* não pretende uma legitimação dinástica, mas, nas palavras do próprio rei, construir a memória sobre a terra e os homens que nela viveram, os erros políticos e as paixões que movem as ações humanas e acabam conduzindo o rumo da história se tornam mais importantes do que uma mera aprovação da função régia:

*...et otrosi daquellos que fueron fieles en la ley de Dios et de los que no, et las leys de los sanctuarios et las de los pueblos, et los derechos de las clerezias et de los legos et escriuieron otrosí las gestas de los príncipes, tan bien de los que fizieron mal cuemo de los fizieron bien, por que los que después uiniessen por los fechos de los buenos punnassen en fazer bien, et por los de los malos que se castigassen de fazer mal, et por esto fue enderaçado el curso del mundo de cada una cosa en su orden....*⁸⁶.

A obra histórica alfonsina pretende mostrar como as ações dos bons e dos maus governantes repercutiram em todo o território hispânico. Neste contexto, os personagens da lenda sobre Bernardo del Carpio teriam que ser analisados sob um ângulo diferente. Enquanto Alfonso II e consequentemente Alfonso III aparecem como governantes movidos pelas suas paixões, Bernardo os desafia a defender os seus vínculos naturais, primeiro, o principal, com a terra em que nasceu e foi criado e segundo com seu pai.

Ora, a lenda sobre Bernardo, como já havíamos mencionado, não termina no reinado de Alfonso II. Ao passar 25 anos, o sobrinho de Alfonso Casto reaparece na crônica e na corte régia servindo ao rei Alfonso III. O cronista se repete: mais uma vez, aponta que Bernardo participa em todas as atividades militares do rei se destacando na arte da guerra e continua pedindo como recompensa a liberdade do seu pai. Não vamos entrar em detalhes e fazer as contas sobre os anos que se passaram e sobre a possibilidade do pai dele continuar vivo, nem sobre as razões que fizeram Alfonso III manter o conde de Saldanha preso. Afinal, não estamos analisando a veracidade da lenda em si.

O conflito se repete, Bernardo abandona o rei e leva consigo nobres que consideram a negação do rei injusta. Ele conquista uma região cristã perto de Salamanca e eleva um castelo nomeando-o *del Carpio*, se tornando a partir daí Bernardo del Carpio. O capítulo LXXXVI da crônica é dedicado aos ataques militares aos quais Bernardo se empenha para atormentar o rei e forçá-lo a soltar o conde de Saldanha. O desfecho da trama acontece no capítulo seguinte. O rei Alfonso III acaba cedendo aos ataques de Bernardo

⁸⁶ PCG Prólogo, p. 3.

e principalmente aos pedidos da nobreza descontente com a situação gerada pelo conflito. Em troca, o monarca exige que Bernardo entregue a ele o castelo de Carpio e saia da região da Salamanca. No entanto, o reencontro de pai e filho não acontece, pois os nobres enviados atrás do conde don Díaz descobrem que o mesmo havia morrido uns dias antes. O rei resolve então enganar Bernardo. Este abandona o castelo com todos os seus homens e vai ao encontro do seu pai. Ao chegar perto, descobre que este foi vestido e colocado morto sobre o cavalo⁸⁷.

Enganado pelo rei, Bernardo abandona as terras ibéricas. O capítulo LXXXVIII é a despedida, quando o cronista recorre mais uma vez a cantares de gesta e apresenta ao leitor as versões populares da lenda, de acordo com as quais Bernardo é dito sobrinho de Carlos Magno e por esta razão vai para as terras francas para a corte do imperador. Lá, dizem os cantares, ele conquista um território na fronteira, se casa com uma nobre chamada Dona Galinda e tem com ela um filho, Galin Galindes. Mas esta informação é apresentada como incerta e não confiável:

*Mas por que nos non fallamos nada de esto todo que aqui auemos dicho de Bernaldo desde la muerte del conde Diaz fasta este lugar en las estorias verdaderas, las que fizieron et corcusieron los omnes sabyos, por ende non afirmamos nos nin dezimos que asy fue, ca non lo sabemos nos por çierto, sy non quanto oymos dezir a los juglares en sus cantares*⁸⁸.

Estes últimos dados que o cronista oferece a respeito do Bernardo foram responsáveis pelos paralelos entre Bernardo del Carpio e Bernardo de Ribagorza que surgiram na historiografia ibérica desde o início do século XX. Bernardo de Ribagorza⁸⁹, filho do conde Ramón I, figura em fontes ribagorzas entre os anos 916-950. Pelas informações que chegaram até nós através dos documentos diplomáticos, sabemos que era casado com a condessa Tota, filha de conde aragonês Galindo Aznares, e enfrentou muçulmanos, obtendo sucesso numa batalha no vale de Soperún, de acordo com um documento de 950⁹⁰. As grandes transformações políticas e religiosas no condado de Ribagorza que começaram na segunda metade do século XI, de certa maneira, foram responsáveis pelo surgimento das curiosas falsificações que atribuem

⁸⁷ Estamos diante de mais uma cena que lembra Cantar de Mio Cid

⁸⁸ EE, cap. LXXXVIII, p. 232.

⁸⁹ O condado de Ribagorza fez parte da Marca hispânica formada como consequência das conquistas de Carlos Magno ao Sul dos Pireneus, incorporado a condado de Tolosa por conde Guilherme I. Em 872 aproveitando-se de uma crise política em Tolosa, um aristocrata local Ramon I, com apoio das elites autóctones se apropria do poder nos territórios de Ribagorza e Pallars criando uma dinastia própria. Após a sua morte em 920, Bernardo, um dos seus filhos, herda Ribagorza e incorpora Sobrarbe trazido por condessa Tota como dote de matrimônio.

⁹⁰ BAUTISTA, *op. cit.*, p. 60.

as atividades políticas e militares do conde Bernardo ao final do século VIII, insinuando o seu parentesco com Carlos Magno, o que por sua vez criou paralelos entre o conde Bernardo de Ribagorza e o lendário sobrinho de Alfonso II.

Após a morte do conde Guilherme sem deixar os herdeiros em 1017, Ribagorza sofreu uma disputa sucessória que se encerrou com o condado entregue a Sancho Garcés III de Pamplona, que argumentou os direitos dinásticos da sua esposa Munia, Dona de Castela, bisneta de Ramón II de Ribagorza. Ao herdar o condado de Aragão, Ramiro I, filho natural de Sancho, incorporou a este os condados Sobrarbe e Ribagorza após a morte do pai, elevando Aragão ao reino em 1035. A nova dinastia trouxe tanto mudanças políticas, principalmente o deslocamento do centro, como mudanças religiosas. Assim como seu pai, Ramiro I se mostrou um fiel partidário de espírito reformista de inspiração cluniense. Desde o reinado de Sancho Maior, o mosteiro de San Victorian se torna o centro religioso encarregado tanto da reforma do rito litúrgico como da reforma monástica. Graças ao patrocínio régio, San Victorian acabou tornando-se o centro religioso mais influente da região, ficando os mosteiros antigos Alaón, Obarra e Tabernas, submetidos a um novo centro. Vistos por alguns historiadores não só como centros religiosos antigos, mas também como focos de tradicionalismo resistente a mudanças políticas e religiosas trazidas pela nova dinastia⁹¹, estes mosteiros criaram algumas falsificações e memórias nas quais a figura do conde Bernardo, que os patrocinava e outorgava direitos e doações, passa a assimilar-se com uma época ainda mais remota, em que condado fazia ainda parte de marca hispânica.

De acordo com Guillermo Tomás Faci, as doações do conde Bernardo de Ribagorza a favor do mosteiro de Obarra é um dos mais curiosos e mais completos exemplos de falsificação⁹². Os escrivães obarrenses do final de século XI fabricaram quinze diplomas com os quais pretendiam justificar a totalidade dos seus dominós e comprovar a antiguidade do seu mosteiro. De acordo com estes documentos, Bernardo foi o primeiro governante cristão de Ribagorza, conquistando esta dos muçulmanos na época do rei Carlos Magno:

Sic facimus oblationem et cartam ad supra dictum monasterium de allodes nostros quam ego prefatus Bernardus abstraxi de potestate tenebrarum et de gens paganorum et populavieas de christianis in tempore illo [quo] Ripacurcia et Paliare et Superarbi erant in possessione paganorum. Et sunt ipsos allodes

⁹¹ Manuel IGLESIAS COSTA, *Historia del condado de Ribagorza*, Huesca, Instituto de Estudios Altoaragoneses, 2001, p. 129.

⁹² Guillermo Tomás FACI, “La construcción de la memoria escrita en los archivos eclesiásticos de Ribagorza (ss. XI-XIII)”, *Edad Media. Revista de Historia*, 16 (2015), pp. 89-105 (p. 99).

*in Ripacurcia... Facta carta in mense Iulii regnante Carolo rege
Franchorum Era DCCLXXXI*⁹³.

Este documento, como nota Francisco Bautista, apresenta uma certa sintonia com um outro conservado dentro do cartulário de mosteiro de Alaon, que consiste num breve relato histórico. Tal documento, além de inserir a vida do Bernardo na época de Carlos Magno, atribui a este o parentesco com o imperador franco:

*Bernardus comes fuit Ripacurcensis cum ad huc totam fere Hispaniam tenerent Mauri. Qui jussu Caroli regis magni, de cujus progenie esse ferebatur, ingressus in illam; cum Ato episcopus frater ejus expulisset Mauros de Paliarensis terra, ille expulit de Ripacurciense. Qui accipiens uxorem filiam Galindonis nomine Totam tenuit Super arbiā terram et populavit*⁹⁴.

Não podemos deixar de perceber que o capítulo LXXXVIII da *Estoria de España* remete justamente a estes documentos dos mosteiros ribagorzanos. Ora, uma lenda se entrelaça com a outra reforçando a veracidade do lendário sobrinho de Alfonso II, que no final do conto épico narrado pelo cronista régio toma os traços de uma outra personagem cuja atividade histórica é confirmada pelos documentos que no período eram considerados verídicos⁹⁵.

A análise do conto épico que narra a vida de Bernardo del Carpio reelaborado pelos cronistas de Alfonso X nos remete a vários períodos da história peninsular e, mesmo assim, não permite definir a sua veracidade. Por outro lado, a lenda que por séculos fez parte não só do imaginário espanhol, mas também das obras históricas ibéricas, acabou por refletir alguns acontecimentos, transformando-se de acordo com a ideologia do narrador ou cronista. Para o nosso estudo, a lenda se tornou uma ponte para a análise de um dos aspectos da teoria política alfonsina. Estudamo-la como um dos exemplos

⁹³ Manuel SERRANO y SANZ, *Noticias y documentos históricos del condado de Ribagorza hasta la muerte de Sancho el Mayor (año 1035)*, Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1912, pp. 204-206 *apud* BAUTISTA, *op. cit.*, p. 62: “Assim fazemos a doação e a carta ao mosteiro nomeado acima de nossos alódios que eu acima mencionado Bernardo, tirei de poder das trevas e do povo pagão e povoei-os por cristãos naquele tempo que Ribagorza e Palares e Sobrarbe estavam em poder dos pagãos. E estão estes alódios em Ribagorza... Feita a carta em mês de julho, reinando Carlos rei dos francos. Ano DCCLXXXI”.

⁹⁴ Ramón D'ABADAL, *Catalunya carolíngia, III: Elscomtats de Pallars i Ribagorça*, Barcelona, Institut d'estudis catalans, 2009 (ed. facs. 1955), vol. II, p. 18: “Bernardo foi conde de Ribagorza quando os mouros ocupavam quase toda a Hispânia. (Ele) ao mando de Carlos Magno de cuja progénie dizem descendia entrou para Hispânia. E já que seu irmão o bispo Ato havia expulsado mouros da terra pallarense, ele os expulsou da ribagorzana. Desposou a filha de Galindo chamado Toda, tomou a terra de Sobrarbe e povoou-a”.

⁹⁵ FACI, *op. cit.*, p. 98.

que serviu para reforçar o vínculo territorial que Alfonso X elabora tanto nas suas obras jurídicas como históricas. No entanto, a curiosidade pelo próprio período histórico da lenda, assim como pelo momento da sua composição, fez com que ultrapassássemos os nossos objetivos primários, apresentando para o leitor a trajetória de formação do conto épico até a sua colocação na *Estoria de España*. Na obra histórica de Alfonso X, Bernardo assumiu o modelo comportamental promulgado pelo rei, um modelo de cavaleiro concebido no título XXI da *Segunda Partida*, cuja função essencial é a defesa da terra. A partir deste modelo comportamental que encontramos em vários outros personagens da crônica, a produção alfonsina procura formar um determinado campo de práticas e fundar um ideal político em que a defesa do reino deve se tornar a função primordial da nobreza.

Fecha de recepción: 2 de marzo de 2020

Fecha de aceptación: 15 de septiembre de 2020